

GUINÉ-BISSAU E SUAS FRAGILIDADES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS PÓS-INDEPENDÊNCIA

GUINEA-BISSAU AND ITS POST-INDEPENDENCE POLITICAL-INSTITUTIONAL
WEAKNESSES

José Moreira¹

Artigo recebido em 18 de julho aprovado em 19 de novembro de 2024.

RESUMO

O presente artigo dedica-se a analisar as razões pelas quais a Guiné-Bissau é reconhecida pelo seu status de Estado frágil. Desde que se tornou independente, em 1973, o país já enfrentou enormes desafios com vistas a sua consolidação e a sua organização sociopolítica. Assistiu-se a sucessivas subversões da ordem constitucional e levantes armados, que acabaram por colocar o país num dos estados mais frágeis em termos de governança. Ao longo deste trabalho vamos trazer uma narração dos acontecimentos que marcaram a história deste país situado na costa da África, que contará com a contextualização sócio-política e histórica que marcaram a Guiné-Bissau nos últimos anos. Serviu-se da revisão bibliográfica por meio de pesquisa exploratória, usando livros e artigos sobre o tema. Espera-se que o trabalho traga contribuições que possam servir como um dos mecanismos para compreender melhor os desafios políticos institucionais da Guiné-Bissau pós-independência.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; desafios políticos; Estado frágil.

ABSTRACT

This article is dedicated to analyzing the reasons why Guinea-Bissau is recognized for its status as a fragile state. Since becoming independent in 1973, the country has faced enormous challenges with a view to its consolidation and socio-political organization. There were successive subversions of the constitutional order and armed uprisings, which ended up placing the country in one of the

¹ Bacharel em Humanidades e Licenciatura em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB-CE. Mestrando em ciência política pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL.

most fragile states in terms of governance. Throughout this work we will provide a narration of the events that marked the history of this country located on the coast of Africa, which will include the socio-political and historical contextualization that has marked Guinea-Bissau in recent years. Qualitative methodology was used through exploratory research, using books and articles on the topic. It is expected that the work will bring contributions that can serve as one of the mechanisms to better understand the institutional political challenges of post-independence Guinea-Bissau.

Keywords: Guinea-Bissau; political challenges; fragile state.

Sumário

1. Introdução; 2. O conceito de Estado Frágil; 3. O Estado Pós-Colonial (construção de Estado) 4. Os desafios políticos contemporâneos (status de Estado Frágil); 5. Considerações finais; Referências.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo serão analisados os desafios políticos na Guiné-Bissau desde a sua independência até os dias atuais. Ao longo dos últimos anos, o país já enfrentou vários desafios políticos com vista à consolidação de um Estado estruturado. Ao longo do período, foi possível assistir a subversões e levantes militares que colocaram o país em sucessivas crises políticas institucionais. Desde que se tornou independente, nos meados do ano de 1973, a Guiné-Bissau quase nunca registrou um momento de estabilidade governativa conforme sonhado por Amílcar Cabral, o pai da independência²

A luta pela independência ocorreu por meio de um processo revolucionário, com a criação do Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC), nos anos 1950. A independência foi proclamada em 1973, depois de uma luta armada que durou 11 anos, tornando-se a República da Guiné-Bissau, sendo a primeira colônia portuguesa na África a ter a independência reconhecida.

2 Amílcar Lopes Cabral nasceu em Bafata (Guiné-Bissau), em 12 de setembro de 1924. Foi agrônomo, poeta, fundador do PAIGC – Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde – considerado pai da independência dos dois países. Amílcar Cabral sempre defendeu os ideais de libertação das colônias africanas. A 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral juntamente com Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin fundaram o Partido Africano para a Independência dos Povos de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Em 23 de janeiro de 1963 deu início a luta armada para independência com ataque ao quartel de Tite, no sul da Guiné-Bissau.

Desde a sua afirmação como o Estado independente, enfrentou enormes dificuldades na construção de uma nação coesa, ou seja, um país governável com sinais de progresso e um território estável. Algo surpreendente no fenômeno da instabilidade e da violência que caracterizam a antiga colônia lusófona é a regularidade e o caráter cíclico em que os eventos de convulsões aparecem. Isso porque, cada vez que nasce uma esperança com a realização das eleições – sempre caracterizadas pela comunidade internacional como justas, livres e transparentes – de que o país iria arrancar, surge uma nova erupção de crise e ingovernabilidade (Jarju, 2019).

O país tem sido caracterizado como um Estado fortemente marcado pela cultura de centralização da autoridade absoluta, por instituições fracas, por uma gestão deficiente do setor da segurança, com um reduzido nível de desenvolvimento, pobreza generalizada e com antecedentes de conflito e cisões sociais que a transformam num Estado extremamente frágil. Foi este oscilar constante do país entre momentos pontuais de estabilidade e de alguma recuperação econômica e períodos cíclicos de forte instabilidade, que coloca em causa qualquer tentativa de desenvolvimento, que marca o cenário político, social e econômico da Guiné-Bissau (Barros, 2014).

Quanto à estrutura, este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, faz-se a abordagem introdutória a respeito da fragilidade do Estado, também denominado como Estado falhado. A seguir, será analisado o processo do Estado pós-colonial e a construção de um novo Estado independente. E, na terceira parte, será discutida a situação dos desafios políticos contemporâneos e a fragilização do Estado guineense.

2 O CONCEITO DE ESTADO FRÁGIL

A fragilidade do Estado constituiu, em diferentes casos, uma oportunidade para expansão territorial das grandes potências. Ao longo da história, verificam-se intervenções em Estados mais fracos por meio de instalações das forças de manutenção da paz, para conter fenômenos de desordem social que afetam a segurança ou os interesses comerciais dos Estados mais fortes. O aumento do número de países no sistema internacional, na segunda metade do século XX, contribuiu para uma maior atenção aos processos de formação dos Estados, que outrora eram marcados por conflitos, tensões e incertezas, dada a competição intergrupala por posições de poder e de legitimidade (Ferreira, 2014).

Constituem as dinâmicas dos Estados considerados frágeis pela comunidade internacional a instabilidade política dos países que haviam estado sobre o do-

mínio colonial dos Estados desenvolvidos, a existência e proliferação de regimes não democráticos, autoritários e repressivos, assim como a incapacidade institucional de controlar a violência interna, que se tornou também recorrente e quase endêmica (De Carvalho, 2016).

Nos anos 1990, foi verificada a tentativa de conceptualização da noção do Estado frágil ou falhado, impulsionada pelas falhas das intervenções norte-americanas na Somália, pela passividade face ao genocídio na Ruanda e, mais tarde, pelos ataques terroristas de setembro de 2001. A necessidade de compreender melhor os fatores da violência política e das guerras civis que afetaram vários países e regiões na década de 90, assim como a urgência em responder a ameaças à segurança internacional decorrentes da proliferação de organização terroristas em diversos países em desenvolvimento, contribuíram para colocar o tema da fragilidade de Estado no centro do debate político e acadêmico, enquanto um fenômeno universal (Ferreira, 2014).

No que diz respeito à fragilidade do Estado na Guiné-Bissau, o Estado guineense apresenta características de fragilidade que estão identificadas no nível interno, que incluem nomeadamente a instabilidade política recorrente desde o conflito armado de 1998-99; o funcionamento irregular e falta de capacidade das instituições públicas no cumprimento das funções básicas do Estado; o déficit democrático que se manifesta na necessidade de uma maior independência do poder judicial, de um maior controle sobre a política e a insubordinação das forças armadas ao poder político; o impacto de fenômenos transnacionais como o tráfico de drogas e a criminalidade organizada; os elevados níveis de pobreza; a fraca diversificação da estrutura econômica e a grande dependência de ajuda externa. Essas características formam o conjunto de elementos que constituem simultaneamente causas e sintomas de fragilidade no país (OCDE, 2011).

Convém argumentar que a situação na Guiné-Bissau é muito preocupante, com as Forças Armadas a vigiarem e a controlarem todos os passos governativos nas últimas décadas. No país, qualquer governo enfrenta várias armadilhas na tentativa de construir uma administração eficiente. A instabilidade política resulta da rivalidade entre o poder político e o poder militar e esta instabilidade político-militar é responsável pela instabilidade econômica entre as elites governamentais e a população. A degradação da qualidade de vida e uma pobreza generalizada, agravou o descontentamento social, minando assim toda a tentativa da consolidação da democracia e do Estado de Direito (Da Costa, 2019).

Um dos índices mais utilizados pelas agências internacionais é o CPIA – Country Policy and Institutional Performance Assessment (Avaliação de Performance Política e Institucional dos Países), cria-

do em 2006 pelo Banco Mundial que tem como objetivo medir a qualidade das políticas e instituições de um país de acordo com 20 critérios agrupados em quatro dimensões: (i) gestão econômica, (ii) políticas estruturais, (iii) políticas para a igualdade e inclusão social e (iv) instituições e gestão do setor público (Da Cruz, 2019, p. 165).

Esta qualificação é utilizada pelo Banco Mundial, pela OCDE, pela Comissão Europeia e por vários doadores bilaterais para decidir a destinação de ajuda, e acabou por tornar um dos indicadores mais utilizados pelo Banco Mundial para definição de fragilidade de um país. O Banco Mundial considera Estado frágil um país ou território de rendimento baixo, elegível para Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e com um resultado de CPIA abaixo de 3.2. O Estado também é considerado frágil caso possua a presença de Missões de Manutenção ou Construção da paz nos últimos três anos (Da Cruz, 2019).

A Guiné-Bissau pode ser considerada como um país frágil porque, até então, existe uma força estrangeira de manutenção de paz da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ainda, o país alcançou a pontuação de 2.5 de CPIA, abaixo da média de 3.2, o que classifica a Guiné-Bissau como um Estado frágil e abaixo da média dos países da África subsaariana. Nesses grupos, encontram-se políticas de governança, gestão financeira e orçamentária, mobilização de receitas, qualidade da administração pública, transparência, responsabilidade e corrupção no setor público, assim como políticas de gênero de proteção social (Da Cruz, 2019).

Também pode ser considerada a instalação do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) como um marco na representação da fragilidade do país perante a comunidade internacional. Tudo aconteceu na sequência da assinatura do acordo de paz em 1999, em que o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação do UNIOGBIS, em março do mesmo ano. A partir dessa data a Guiné-Bissau passa a ser traduzida por meio de relatórios e indicadores, e enquadrada em estratégias específicas de agências multilaterais e bilaterais concernentes aos Estados considerados frágeis (Da Cruz, 2019).

3 O ESTADO PÓS-COLONIAL (CONSTRUÇÃO DE ESTADO)

Rui Jorge Semedo (2011) apresenta quatro pilares que norteiam a proclamação do Estado guineense à luz do direito internacional. Entre eles destacam-se: os princípios da liberdade, universalidade, igualdade de direitos e, por fim, a cooperação internacional. Por este motivo, a liberdade implica a autodeterminação,

a descolonização completa, a proibição do recurso à força e da intervenção estrangeira, e o banimento dos tratados desiguais, da ocupação estrangeira e das bases militares.

A universalidade significa a participação mais eficaz e completa nas organizações internacionais e nos seus órgãos, conforme a revisão da sua composição. Por outro lado, igualdade de direito implica a proibição de toda a relação de dominação, a afirmação de soberania igual, direito sobre recursos naturais entre outros. Já a cooperação internacional significa direitos do homem, cooperação econômica, direito do desenvolvimento (Semedo, 2011). Nas palavras do autor:

Teoricamente, partindo desse pressuposto, o PAIGC saiu das negociações e entrou na capital Bissau em outubro de 1974 para inaugurar o início da Primeira República onde assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que esta requer – sobretudo, a distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem-estar dos cidadãos (Semedo, 2011, p. 96).

É importante salientar que a situação era extremamente complexa. Além de ser a primeira vez que realmente o partido teria contato com as exigências de governar, também apresentava escassez de militantes com qualidades técnico administrativas a fim de fazer a máquina pública funcionar. Isso aconteceu porque a independência foi assinada sem que as partes levassem em consideração a condição específica das colônias, como é o caso da Guiné-Bissau, onde ainda não se formava uma estrutura técnico-administrativa nativa com vistas a assegurar o novo Estado e enfrentar os desafios de governança (Semedo, 2011).

A fim de compreender o cenário, convém reconhecer, entre outros, o ressentimento dos onze anos de confrontação militar e diplomática, e a pressão interna feita na metrópole, que podem estar na base de uma negociação que apenas teve como a prioridade a desocupação em detrimento de elaboração de diretrizes consistentes passíveis de servir como bases sólidas, que sustentam a implementação de um novo modelo político governativo (Semedo, 2011).

Entretanto, se por um lado o PAIGC, que por longo período viu grande parte da sociedade que defendia sendo marginalizada dos principais direitos sociais, políticos e econômicos, preferiu uma independência total, abdicando da oportunidade de poder contar com a contribuição e experiência de Portugal na instalação do recém-proclamado Estado, por outro, assistiu-se à excessiva euforia dos liberais de 25 de abril a observar apenas a retirada das forças

coloniais como solução imediata. Todavia, os acordos de autodeterminação abdicaram dos impactos de mais de quatro séculos da presença no além-mar (Semedo, 2011, p. 97).

É importante frisar que a conquista da independência da Guiné-Bissau foi diferente se comparada com as outras ex-colônias francesas e inglesas, como no caso da Guiné-Conacri, Senegal, Gâmbia, Serra Leoa e Mali, vizinhos da Guiné-Bissau, nas quais a conquista da independência foi alcançada por meios pacíficos. Nos territórios ocupados por Portugal, Moçambique, Angola, Cabo-Verde e Guiné-Bissau, não foram estabelecidos diálogos entre as partes, e o processo para obtenção da independência aconteceu por meio de uma luta armada violenta (Semedo, 2021).

De salientar que o abandono total das forças armadas portuguesas, vistas na época como o instrumento mais eficaz da estrutura organizativa que Portugal mantinha na Guiné, eliminou o mais importante mecanismo organizativo de apoio à implementação do Estado pós-colonial. De imediato essa ruptura teve reflexo, mesmo com o apoio que o PAIGC recebia por parte dos seus aliados (como no caso da ex-URSS, Suécia, Cuba entre outros parceiros), além das dificuldades administrativas de atendimento às demandas exigidas pela burocracia pública (Semedo, 2011).

Recorda-se que o PAIGC, depois da independência, decidiu colocar em posição subalterna os indivíduos que serviram à administração colonial, havendo, inclusive, algumas condenações por crime de traição à pátria. Apesar de ser um regime considerado de ditadura militar, os comissariados, termos na época equivalentes aos ministérios, foram assumidos por militantes que desempenhavam funções políticas durante a revolução na sua grande parte.

Por outro lado, os que se destacaram mais por habilidades militares, na sua maioria, concentraram-se nos quartéis, no desempenho de funções de governadores nas regiões ou de diretores gerais em repartições públicas, mas em qualquer desses postos, era notória a escassez de técnicos com a qualidade necessária para as exigências administrativas (Semedo, 2011).

O PAIGC assumiu o controle do poder político na Guiné-Bissau oficialmente em 1974, após a Revolução dos Cravos em Portugal. Durante 16 anos, protagonizou o cenário político do país com o regime do partido único (a ditadura militar), e foram usadas as práticas repressivas como o método para controlar os grupos que contrariavam o regime, com a finalidade de se manter no poder. O PAIGC não permitia a participação de nenhuma outra força política, e muito menos tinha apontado por quanto tempo duraria o seu domínio político. Era um

partido que tinha um poder absoluto sobre todo o território nacional, legitimado pelo artigo 4º da primeira carta constitucional da Guiné-Bissau, que previa o seguinte: “o partido é o único e legítimo dirigente e representante político da sociedade guineense” (Semedo, 2021).

4 OS DESAFIOS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS (STATUS DE ESTADO FRÁGIL)

Neste ponto, o debate está em torno dos desafios políticos que o país vem enfrentando ao longo da sua existência enquanto um Estado. A Guiné-Bissau, depois de cinco décadas como Estado politicamente independente, até agora não conseguiu encontrar o caminho certo, com uma governação estável que lhe permita prosseguir os fins de um estado moderno digno desta qualificação, isto é, o bem-estar socioeconômico do seu povo (Jarju, 2019).

Desde a sua afirmação enquanto um Estado independente, a Guiné-Bissau enfrenta enormes dificuldades na construção de uma nação coesa, ou seja, de um país governável com sinais de progresso. Logo após a declaração unilateral da sua independência, o novo Estado se beneficiou, para além do seu reconhecimento e de muitas ajudas, tanto da comunidade internacional quanto da parte dos seus parceiros, com os quais manteve relações bilaterais de cooperação (Jarju, 2019).

Este sucesso inicial na angariação de apoios deu-se por causa do dividendo retirado de uma diplomacia de excelência, herdada da luta pela libertação nacional. O pai da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral, foi considerado um diplomata notável e deixou um legado diplomático muito positivo que, se fosse bem aproveitado, permitiria um bom início de desenvolvimento para a Guiné-Bissau. Mas isso não aconteceu visto que a Guiné-Bissau, desde então, esteve sempre imersa numa instabilidade crónica (Jarju, 2019, p. 13-14).

Na década de 1990, a Guiné-Bissau não escapou aos ventos da terceira onda da democracia e as pressões internacionais lhe obrigaram a adotar o sistema da democracia liberal, abrindo-se ao multipartidarismo. Até então, a mudança de sistema não trouxe o progresso nem a paz tanto almejada pelos guineenses, pelo contrário, agravou a instabilidade e a violência, levando o país a entrar ciclicamente em sucessivas crises (Jarju, 2019).

O país tem um sistema semipresidencialista com a democracia liberal representativa. De acordo com a sua constituição da república aprovada em 27 de

novembro de 1996, o chefe de estado é composto pelo presidente da república e exerce o poder executivo. Já o chefe do governo é o primeiro-ministro, que também exerce o poder executivo. Enquanto que o poder legislativo é exercido pela assembleia nacional popular. Por sua vez, o poder judiciário é independente do executivo e legislativo. Tendo como os órgãos da soberania: o presidente da república; governo; Assembleia Nacional Popular e os Tribunais (DJÚ, 2019).

O presidente da República, segundo a constituição do país, é escolhido de cinco em cinco anos, e tem atribuições de nomear o primeiro-ministro assim como de exonerá-lo, tomando em conta os resultados eleitorais, após ouvir os partidos políticos com assento no parlamento. Cabe ainda ao presidente empossar o primeiro-ministro, dar posse e exonerar todos os membros do governo sob proposta do primeiro-ministro, assim como criar ministérios e secretarias de estado, bem como extinguir os mesmos sob proposta do primeiro-ministro. O primeiro-ministro é indicado pelo partido vencedor das eleições legislativas, já o presidente da Assembleia Nacional Popular, é escolhido pelo partido com maior número de deputados no parlamento, para um mandato de quatro anos. (Guiné-Bissau, 1996).

Kamilla Rizzi (2010) salienta que o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC) confirma que a Guiné-Bissau está se tornando o mais novo narcoestado mundial, estimando que aproximadamente 40 toneladas de cocaína transitem pelo território guineense por ano, confirmando-se como rota de tráfico internacional originado da América do Sul com destino à Europa.

O estudo aponta que o tráfico representa um dos fatores que fomenta a instabilidade no país, isso porque alguns membros do Exército facilitam o comércio ilegal, ao garantirem a passagem de barcos e aviões que transportam narcóticos. No *ranking* sobre a percepção da corrupção da transparência internacional, a Guiné-Bissau ocupa a posição 158 de um total de 180 países. A corrupção generalizada ampliou-se através da ação dos cartéis de drogas, várias vezes infiltrados nas Forças Armadas, na administração civil e até mesmo no Poder Judiciário (Rizzi, 2010).

Outrossim, um dos entraves à construção do Estado na Guiné-Bissau deve-se à ausência de uma elite intelectual autônoma – com propostas reais que sirvam de base orientadora ao processo de desenvolvimento de um poder comprometido em promover o bem-estar comum – assim como de uma elite econômica empreendedora dinamizadora do mercado – tanto em termos de criação de oportunidades do emprego, como de fator de pressão na implantação de políticas públicas (Semedo, 2011).

Historicamente o processo de construção do Estado guineense foi marcado por disputas violentas de luta pelo poder, um cenário multifacetado de confrontação – quer do ponto de vista social, quer étnico ou político – que contribuiu para inibir a construção de consensos em torno da política governativa. A meu ver, o grande problema é que o país não conseguiu se desvincular ou distanciar-se das lutas fratricidas do passado e toda a possibilidade de fazê-lo progredir social, política e economicamente está condenada e ou presa ao histórico de sucessão de conflitos ainda presentes na prática política dos atores (Semedo, 2011, p. 114).

É importante considerar o reflexo do passado colonial como uma das possíveis explicações para compreender o atual contexto guineense. Aliás, a gênese dos conflitos que hoje constitui o entrave na construção do Estado na Guiné-Bissau foi o resultado do seu processo de formação colonial (Semedo, 2011).

A Guiné-Bissau, após-independência e pós-abertura democrática, tem inscrito no seu histórico uma estatística de levantes, insurgências, espancamentos entre outros, que acabaram por transformar o país num Estado de permanente instabilidade por conta dos momentos mais tensos que já vivenciou desde o golpe de 1980. Aliás, a África subsaariana, no seu histórico, tem um conjunto de processos de conflitos, uns com processos de guerras civis e permanentes levantamentos, como o caso de Níger, de Serra Leoa, e de outros com conflitos considerados de baixa intensidade, que é o caso da Guiné-Bissau, onde os governos não terminam suas legislaturas (Teixeira, 2021).

Foram realizadas suas primeiras eleições legislativas e pluralistas entre os dias 3 de julho a 7 de agosto de 1994, quando João Bernardo Vieira (Nino), já falecido, foi democraticamente eleito como primeiro presidente oriundo do processo democrático do país. Em 1998, deu-se início ao conflito político-militar, com o período de 11 meses, que culminou com a destituição do então presidente João Bernardo Vieira, em 1999. Ou seja, desde a abertura democrática até a presente data, o país já teve 24 primeiros-ministros, média de 1 por ano, e 8 presidentes da república.

Seria impossível analisar a evolução política, social e econômica da Guiné-Bissau sem, no entanto, referir-se às várias ações subversivas que têm vindo a debilitar o Estado, colocando-o, segundo a visão de alguns analistas, na condição de um Estado institucionalmente frágil. Os fatores da instabilidade estão de tal forma enraizados a ponto de estimular a existência de um ciclo permanente de violência interna e de insegurança regional, de modo que as instituições governamentais não conseguem dar resposta sem o auxílio externo (Barros, 2014).

O país tem sido caracterizado como um Estado fortemente marcado pela cultura de centralização da autoridade absoluta, por instituições fracas, por uma gestão deficiente do setor da segurança, pelo reduzido nível de desenvolvimento, pobreza generalizada e com antecedentes de conflito e cisões sociais, daí originando-se a condição de Estado extremamente frágil.

Este oscilar constante do país entre momentos pontuais de estabilidade e de alguma recuperação econômica, e períodos de forte instabilidade, coloca em causa qualquer tentativa de desenvolvimento, afetando o cenário político, social e econômico da Guiné-Bissau (Barros, 2014).

É de salientar que a instabilidade política constante resulta na persistência da pobreza, uma vez que os fracos ganhos econômicos registrados após cada período de crescimento são anulados pelo surgimento de uma crise política. Para além disso, a falta da capacidade da economia para criar empregos bem remunerados e a baixa participação no crescimento nacional das áreas rurais, devido ao baixo rendimento do setor agrícola, agravam ainda mais a persistência da pobreza (Barros, 2014).

Convém argumentar que a situação na Guiné-Bissau é muito preocupante, com as Forças Armadas a vigiarem e a controlarem todos os passos governativos nas últimas décadas. No país, qualquer governo enfrenta várias armadilhas na tentativa de construir uma administração eficiente. Como dito anteriormente, a instabilidade política resulta da rivalidade entre o poder político e o poder militar, e essa instabilidade político-militar é responsável pela instabilidade econômica entre as elites governamentais e a população. A degradação da qualidade de vida e uma pobreza generalizada agravou o descontentamento social, minando assim toda a tentativa da consolidação da democracia e do Estado de Direito.

Com a entrada do multipartidarismo a instabilidade política na Guiné-Bissau ganhou outra dimensão: de 1990 até 2018, teve 21 primeiros-ministros, em média 1,25 primeiro-ministro por ano entre 1994 e 2018; presidentes da República, incluindo de transição e interino, foram 7, num universo de 49 partidos políticos legalmente inscritos. Em termos de comparação, Cabo Verde teve 5 primeiros-ministros e 4 presidentes da república entre 1975 e 2018 (Da Costa, 2019, p. 3).

Na Guiné-Bissau, a Justiça parece não ter um consenso racional de que as leis se aplicam a todos, já que os verdadeiros detentores do poder real são os militares e o poder civil sucumbiu nas entranhas da instabilidade política crônica. Isso se evidencia por estar enraizada uma cultura de assassinatos por causa

da impunidade. A noção de justiça e bem-estar social é âncora do Estado de Direito, mas na Guiné-Bissau essa noção não se aplica (Da Costa, 2019).

Apesar de em várias partes a democracia haver servido de instrumento para acabar com as ditaduras e efetivar o cumprimento das leis, na Guiné-Bissau sua implementação deu ensejo a novo tipo de abusos graves e atropelos sistemáticos à Constituição, diante do pouco zelo pelo princípio da separação de poderes e do autoritarismo, a par da confusão entre o público e o privado (Carvalho, 2014).

Mesmo tendo uma Constituição que assegura a separação de poderes, a garantia e o respeito pelos princípios fundamentais, é possível assistir de uma forma contínua a interferência dos militares na política, a desmandos dos presidentes, a subjugação do poder político ao poder militar, ao atropelo das leis, a promoção de clientelismo. De salientar que, embora se procure constantemente a implementação de um regime democrático efetivo, observa-se que as inúmeras eleições não foram suficientes, por enquanto, para a sua verdadeira implementação (Carvalho, 2014).

A instabilidade é um problema crônico na Guiné-Bissau que existe desde a independência, motivada por uma panóplia de razões, muitas delas ainda por identificar. No entanto, nem sempre afetou o país da mesma forma ou com a mesma intensidade. Durante a vigência do regime de partido único, as contradições no seio do PAIGC foram apontadas como causa das inúmeras intentonas. Seguiu-se a abertura ao multipartidarismo, vista como solução ou garantia de alguma estabilidade interna. A realidade acabou por mostrar exatamente o contrário e, mais uma vez, vieram à baila «frissons» no seio do PAIGC como causa desse flagelo. Essa instabilidade foi algumas vezes abafada ou até controlada acabando por ter pouca relevância em termos de alteração do cotidiano do país (Carvalho, 2014, p. 72).

Nos últimos anos a história da Guiné-Bissau tornou-se totalmente diferente com sucessivos acontecimentos, alguns de extrema violência. De 1998 até aqui, destacam-se os assassinatos dos governantes em pleno exercício das suas funções, como no caso de Ansumane Mané, então General das Forças Armadas, assassinado em 2000; Veríssimo Seabra, também General das Forças Armadas, assassinado em 2003; Tagme Na Waie e João Bernardo Vieira, ambos Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas, este último, presidente da república em pleno exercício. Com isso, o país e o mundo têm assistido à situação de sobressalto permanente.

A instabilidade política na Guiné-Bissau constitui hoje uma das causas dos graves problemas que o país atravessa em todos os níveis. E hoje são apontados como fator de instabilidade motivações de origem ideológica, política, externa, cultural e até pessoal (Carvalho, 2014).

A instabilidade da Guiné-Bissau prende-se com duas causas, uma mais longínqua e outra mais recente. A causa mais longínqua prende-se com a herança da luta colonial negativa, dos homens valentes e intolerantes, a chamada “cultura de matchundade”. Como indica o relatório de Voz-di-Paz, esta versão típica dos Guineenses de machismo é muito diferente da relação entre os sexos nas sociedades. Trata-se de um culto das leis dos mais fortes ou dos mais valentes, e uma cultura de violência pela violência ao passo que o diálogo é remetido para os fracos. Nesta visão cultural a cedência ou concessão numa dada disputa ou discussão é vista como um fracasso ou vergonha. Por isso, qualquer disputa por mais pequena que parece torna-se geradora de grande conflito (Da Costa, 2019, p. 21).

O golpe de 14 de novembro de 1980 foi apontado como fator que dá início à instabilidade política, enquanto que os sucessivos golpes e assassinatos acabaram por criar ódios na sociedade. E a causa mais recente da instabilidade se relaciona com a luta dentro da classe política guineense, num país pobre e subdesenvolvido em que todos os recursos estão concentrados no Estado.

Sendo assim, isso motiva conflitos pelo controle do poder do Estado, gerando dois efeitos importantes que precisam ser realçados: o primeiro tem a ver com o medo de perder a única fonte de recursos que é o Estado. E o medo de perder nos leva ao segundo efeito, que é a utilização de todos os tipos de habilidades políticas, mesmo sendo antidemocráticas, deste modo corrompendo as instituições ou pessoas ligadas a essas mesmas instituições, a fim de conseguir o único meio de subsistência de que o país dispõe. Permanecer fora do cenário por quatro anos torna-se um problema sério para os que têm o Estado como o seu único meio de subsistência do dia a dia (Da Costa, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida pública na Guiné-Bissau é essencialmente marcada pela persistência da instabilidade política, pela fragilidade do Estado, bem como pelo descumprimento ou violação das normas do Estado de direito democrático, precisamente no que diz respeito à submissão do poder militar ao poder civil. Devido a isso, o país não consegue superar resultados ou danos políticos, sociais e econômicos

causados pelo conflito político-militar de 1998 a 1999.

E essa constante instabilidade política tem resultados em quedas de governos que, em média, não conseguem ultrapassar seis meses de governação. Posto isto, houve-se permanente intervenção militar nos assuntos políticos da Guiné-Bissau, pondo em causa todos os esforços com vista à reconstrução do país, que era urgente para consolidação da democracia do Estado de direito (Djú, 2019).

Desde que se tornou independente, a Guiné-Bissau já enfrentou enormes desafios com vista à consolidação do Estado. Assistiu-se a sucessivos atropelos logo nos períodos pós-independência, que culminaram com os assassinatos dos antigos guerrilheiros (Antigos Combatentes). Aliás, o próprio líder independentista Amílcar Lopes Cabral foi a primeira vítima de assassinato, na véspera da independência da Guiné-Bissau. De recordar que o problema do país é estrutural e não é de hoje, e vem se alastrando provocando atraso no desenvolvimento.

Algo surpreendente no fenómeno da instabilidade e da violência que caracterizam a antiga colônia lusófona é a regularidade e o carácter cíclico em que os eventos de convulsões aparecem. Como dito anteriormente, a cada eleição, sempre vista pela comunidade internacional como justa, livre e transparente, surge uma esperança de que o país irá arrancar. Esperança, no entanto, que se esvai na sequência, com a erupção de uma nova crise e consiguiente ingovernabilidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Miguel. A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas. UE-PAANE. Edições Corubal. 1ª Edição: Outubro, 2014.

BEDETA, Garcia Biifa. Políticas Educativas na Guiné-Bissau. Faculdade de Letras, Universidade de Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71824>. Acesso em: 14 out 2024.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de et al. Guiné-Bissau: a instabilidade como regra. 2014. Dissertação de Mestrado.

DA COSTA, Paulo António. Instabilidade política na Guiné-Bissau: Dimensões, causas e efeitos. 2019. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal).

DA CRUZ, Maria do Carmo Rebouças; DOS SANTOS, Ferreira. A Recolonização da Guiné-Bissau por Meio das Representações Negativas Realizadas pelos Organismos Internacionais

de Desenvolvimento: de “Estado Frágil” a “Narco-Estado”. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 47, p. 156-178, 2019.

DE CARVALHO, Amanda Sanches Daltro. *O Conceito De Estado Falhado Na Prática Discursiva Das Organizações Internacionais: O Fundo Monetário Internacional Como Estudo De Caso*. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra (Portugal).

DJÚ, Edgar. Estado guineense e o desenvolvimento nacional. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís-MA, agosto, 2019.

FERREIRA, Magalhães Patrícia. “Estados Frágeis” em África: A Intervenção Externa nos Processos de Construção do Estado (statebuilding) e da Paz (peacebuilding). Fevereiro, 2014.

JARJU, Abdou. A instabilidade crónica da Guiné-Bissau: do Golpe de Estado de 1980 a 2018. 2019. Tese de Doutorado. OECD, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/28133>. Acesso em: 14 out 2024.

RIZZI, Kamilla. A instabilidade contínua na Guiné-Bissau. *Meridiano 47-Journal of Global Studies*, v. 11, n. 117, p. 23-26, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado de Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais. *Tensões mundiais*, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2011.

SEMEDO, Rui Jorge. PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). 2021.

TEIXEIRA, Tamilton Gomes. *Análise histórica e social do conflito e da instabilidade política na Guiné Bissau e suas configurações (1980-2019)*. 2021. Dissertação de Mestrado.

GUINÉ-BISSAU. *Constituição da República de 27 de Novembro de 1996*. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996.

DJÚ, Edgar. *Concurso público e desenvolvimento de capacidade na Guiné-Bissau*. 2019. Tese de Doutorado.